



## ***2º RMA – Relatório Mensal de Atividades***

### ***I. PINHELI E VIAN FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME***

*Dezembro de 2018*

Processo: **0011331-18.2018.8.16.0069**





## SUMÁRIO

<b>CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES .....</b>	<b>3</b>
<b>1. ATIVIDADES DA ADMINISTRADORA JUDICIAL.....</b>	<b>4</b>
<b>2. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL .....</b>	<b>5</b>
<b>3. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS .....</b>	<b>7</b>
<b>PRINCIPAIS FORNECEDORES .....</b>	<b>8</b>
<b>PRINCIPAIS CLIENTES.....</b>	<b>9</b>
<b>MEDIDAS IMEDIATAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE.....</b>	<b>9</b>
<b>4. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS .....</b>	<b>11</b>
<b>5. BALANÇO PATRIMONIAL .....</b>	<b>12</b>
<b>6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO.....</b>	<b>14</b>
<b>7. ÍNDICES FINANCEIROS .....</b>	<b>16</b>
<b>8. CRONOGRAMA PROCESSUAL.....</b>	<b>22</b>
<b>ANEXO I – FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO II – ÍNDICES FINANCEIROS .....</b>	<b>28</b>



## CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

### 2º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

REFERÊNCIA: MÊS 12 / 2018

Processo de Recuperação Judicial nº 0011331-18.2018.8.16.0069

Recuperanda: I. Pinheli & E. Vian Ferragens Para Construção LTDA

Administradora Judicial: M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Representante Legal e Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao juiz, para a devida juntada nos autos de recuperação judicial, faz parte do rol de deveres do administrador judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “c” da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao mês de DEZEMBRO de 2018, disponibilizadas pelas Recuperandas por meio do escritório contábil denominado **Escritório de Contabilidade CIC** (representado pelo contador Reginaldo Storto —CRC/PR 060465/O), devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial.



## 1. ATIVIDADES DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

O administrador judicial é um *longa manus* da justiça detentor da confiança do juiz, que presta compromisso perante o juízo, e ao assumir suas funções se compromete a exercer bem e fielmente, sem dolo ou malícia, o cargo que lhe fora confiado. Na recuperação judicial, pode-se afirmar que o principal dever do administrador judicial consiste na fiscalização das atividades do devedor e do cumprimento do plano de recuperação judicial. Contudo a Lei 11.101/2005 ainda relaciona uma série de outras atribuições a este profissional ao longo do processo de recuperação judicial.

Desta forma, apresenta-se as principais atividades desenvolvidas por esta Administradora Judicial no período sob análise:

- 12/12/2018– mov. 68.1 – Assinatura do termo de compromisso;
- 17/12/2018– mov. 78.1 - Aceite da nomeação;
- 14/12/2018 - Promoveu reunião inicial sobre os procedimentos pertinentes à administração judicial do processo, na sede das Recuperandas, ocasião em foram realizadas as seguintes providências: a) Apresentou a íntegra da decisão de mov. 21.1, que deferiu o processamento da recuperação judicial, aos representantes legais das Recuperandas, quais sejam, o Sr. Evandro Wagner Zanelato Vian e a Sra. Isabele Rodrigues Pinheli Vian. Nesta ocasião foi realizada a explanação sobre todas as determinações, consequências e demais procedimentos pertinentes aos trabalhos de administração judicial, bem como outros pertinentes ao processo de recuperação judicial, dando ciência aos representantes legais dos pontos supramencionados; b) Os representantes das Recuperandas foram alertados sobre o edital do art. 52 da Lei 11.101/2005, bem como da obrigatoriedade de sua publicação no diário de justiça e no jornal local determinado pelo juízo; c) Foi realizada vistoria e fotografadas as instalações das Recuperandas, conforme fotos apresentadas nesse Relatório Mensal de Atividades;
- 14/12/2018 – Promoveu a notificação dos representantes legais da Recuperanda para que apresentem mensalmente no endereço eletrônico [marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br), até o dia 10 de cada mês subsequente ao encerrado, a partir



da competência do mês 10/2018, as informações necessárias, sobre as atividades das empresas, para a elaboração dos relatórios mensais de atividades;

- Mês 12/2018– Realização de contato com todos os credores para confirmação dos endereços para correspondência, bem como para a solicitação dos contatos telefônicos, endereços de e-mail e responsável para contato dos assuntos referentes a recuperação judicial;
- Mês 12/2018 - Elaboração das correspondências a serem encaminhadas aos credores constantes na relação de que trata o art. 51, inciso III do caput, comunicando a data do pedido de recuperação judicial, a natureza, o valor e a classificação dada ao crédito, em atendimento ao art. 22, I, “a” da Lei 11.101/2005;
- Mês 12/2018 – Realização de atendimento às Recuperandas e aos credores, por telefone, e-mail ou no escritório da Administradora Judicial, promovendo orientações sobre os procedimentos do processo de recuperação judicial;

Esta Administradora Judicial informa que possui como procedimento habitual a realização de visitas periódicas às instalações das Recuperandas, reunindo-se com os representantes legais, gestores e consultores das empresas, visando a verificação de suas atividades in loco. Desta forma, age com toda a cautela e prudência para cumprir suas atribuições de fiscalização das atividades do devedor, previstas no art. 22, II, da Lei 11.101/2005.

## 2. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

A empresa ajuizou seu pedido de recuperação judicial no dia **29/10/2018** e seu processamento deferido na data de **05/12/2018**, por meio da decisão de mov. 21.1.

Apresenta-se na sequência, a movimentação processual ocorrida no período sob análise:

- Decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, nomeou o AJ, fixou sua remuneração, determinou a expedição do edital que trata o art. 52, §1, da lei 11.101/05, bem como a intimação do parquet, e envio de carta as fazendas públicas federal, estadual e municipal, e expedição de ofício às instituições financeiras que a Recuperanda possui conta corrente, alienações fiduciárias e empréstimos (mov. 21.1);



- Intimação do AJ para se manifestar se aceita o múnus, bem como sobre o arbitramento dos honorários (mov. 28.1);
- Expedição do Termo que trata o art. 33 da lei 11.101/05 a ser assinado pelo AJ (mov. 29.1);
- Determinação de Diligências visando a correção do nome da Recuperanda nos autos (mov. 32.1);
- Intimação da Recuperanda para notificar os juízos onde tramitam às ações que trata o art. 52, § 3, da lei LFRE, a respeito do *stay period* (mov. 33.1);
- Intimação da Recuperanda a respeito do prazo de 60 dias corridos para apresentar o plano de RJ (mov. 34.1);
- Expedição de Ofício à Sanepar (mov. 37.1);
- Expedição de Ofício à Copel (mov. 38.1);
- Expedição de Ofício à Agência de Fomento do Paraná S.A. (mov. 39.1);
- Expedição de Ofício ao Banco Bradesco (mov. 40.1);
- Expedição de Ofício ao BNDES (mov. 41.1);
- Expedição de Ofício ao Banco Santander (mov. 42.1);
- Expedição de Ofício à CEF (mov. 43.1);
- Expedição de Ofício ao Banco Sicoob Metropolitano (mov. 44.1);
- Expedição de Ofício à CEF (mov. 45.1);
- Petição da Recuperanda requerendo a expedição de ofícios aos bancos Itaú e Sicredi União (mov. 50.1);
- Expedição de Ofício ao Itaú Unibanco S.A. (mov. 51.1);
- Expedição de Ofício ao Sicred União PR/ SP (mov. 52.1);
- Expedição de EDITAL que trata o art. 52, § 1, da LFRE (mov. 53.1);
- Expedição de Ofício à Fazenda Estadual do Paraná (mov. 54.1);
- Expedição de Ofício à Fazenda Nacional (mov. 55.1);
- Expedição de Ofício à Fazenda Municipal de Cianorte-PR (mov. 56.1);
- Intimação da Recuperanda para recolher custas referente às expedições de ofícios (mov. 57.1);
- Petição de Juntada de custas pela Recuperanda (mov. 61.1);



- Certidão de publicação do Edital no DJE-PR (mov. 63.1);
- Petição de ciência da recuperanda a respeito da publicação do Edital no DJE-PR (mov. 67.1);
- Juntada do Termo de Compromisso assinado pelo AJ (mov. 68.1);
- Certidão de juntada do valor das custas para expedição de ofícios (mov. 69.1);
- Manifestação da Caixa Econômica Federal para regularizar às habilitações de seus patronos nos autos (mov. 70.1);
- Manifestação da Sanepar solicitando dados para cumprimento da tutela de urgência (mov. 74.1);
- Oposição de Embargos de Declaração pela Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de

Maringá - Sicoob Metropolitano, em razão de uma omissão na decisão de Mov. 21 (mov. 75.1);

- Intimação das partes a fim de ciência da petição da Sanepar ao Mov. 74 (mov. 84.1);
- Certidão informando o valor de ofício enviando anteriormente (mov. 88.1);
- Petição de juntada da Recuperanda, informando publicação do Edital de intimação dos credores no jornal tribuna de

Cianorte (mov. 91.1).

### 3. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

#### Sobre as Recuperandas

A Recuperanda “I. Pinheli & E. Vian Ferragens Para Construção LTDA – ME” iniciou suas atividades de forma modesta em 2006, com o intuito de atender a demanda cianortense, que não possuía uma empresa forte de referência no seguimento em questão. Aprioristicamente, a empresa iniciou suas atividades somente com 5 (cinco) funcionários e uma frota de 02 (dois) caminhões.

Tendo em vista o forte crescimento e expansão da empresa, bem como, os investimentos em novas tecnologias e a especialização no comércio de ferro para a construção civil, à época do pedido de Recuperação Judicial a empresa já possuía um quadro de funcionários com 09 colaboradores e, uma frota com 04 (quatro) caminhões. Desta feita, nos dias atuais a Recuperanda se tornou uma referência regional em sua área de atuação, qual seja, o setor siderúrgico.





Ademais, cumpre-se salientar que a comercialização de seus produtos não se limita só a região de Cianorte, atuando idem nas cidades vizinhas (Umuarama, Guaíra, Paranavaí, Colorado, São Jorge do Ivaí, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Maringá, Paiçandu, Mandaguaçu, Marialva, Mandaguari, Jandaia do Sul, Apucarana, Arapongas, Londrina e etc), possuindo como principais clientes depósitos de materiais de construção, e empresas do ramo de construção civil.

Destarte, mesmo com expressivo crescimento e consequente faturamento supra exposto, a crise econômica nacional, em especial a que assolou e ainda assola o segmento da construção civil, foi capaz de provocar forte retração nas vendas e, por conseguinte, nos resultados da empresa, o que fez com a mesma entrasse em uma forte ciranda financeira, que resultou, em curto espaço de tempo, em um endividamento crescente.

#### **Razões da crise econômico-financeira**

A Recuperanda afirma que, apesar do grande lapso temporal de 12 (doze) anos de atuação no mercado, também sofreram com os impactos advindos do ambiente econômico instável que o mercado vivenciou sobretudo nos últimos anos, havendo declínio de faturamento. As principais causas da crise financeira, de acordo com a Recuperanda consistem na: (i) queda das obras de infraestrutura; (ii) o ajuste fiscal conduzido pelos governos federais e regionais; (iii) as dificuldades enfrentadas pelo mercado imobiliário, somadas com a crise no setor de construção civil e; (iv) a greve dos caminhoneiros que ocorreu durante o ano de 2018.

Diante tal cenário, a Recuperanda não encontrou outra solução que não fosse se submeter as condições impostas pelas instituições financeiras, que aos poucos foram comprometendo sua saúde financeira, que já estava em situação complexa devido aos fatores supraditos. A Recuperanda encontrou dificuldade em manter a captação de recursos, acarretando aumento nas despesas financeiras e, por consequência a redução nos seus resultados.

#### **PRINCIPAIS FORNECEDORES**

Os principais fornecedores das Recuperandas no período permaneceram os seguintes:

- 1) Siderúrgica Norte Brasil;
- 2) Pregar pregos;
- 3) H.E Bonamigo;





- 4) H. L Barbosa;
- 5) Drugovich Recapagens;
- 6) Universo Truck Center;
- 7) Auto Peças Rodovia;
- 8) Roccão;
- 9) Anna Paula Teixeira Aparecido ME;
- 10) TransNordisel.

#### **PRINCIPAIS CLIENTES**

Os principais clientes das Recuperandas no período permaneceram os seguintes:

- 1) Ademir Calvo Mat Consta;
- 2) Daniela da Costa Covre;
- 3) Batista e Azarias Ltda;
- 4) Com Mat Uniao Mandaguaçu Ltda;
- 5) Rio Verde Materiais para Const Ltda;
- 6) A Benites e Cano Ltda;
- 7) Alfa Home Construtora Ltda;
- 8) Mat Const Antunes Ltda;
- 9) Jorge Dal Santo;
- 10) VWM Com de Mat de construção Ltda ME.

#### **MEDIDAS IMEDIATAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE**

##### **Medidas adotadas:**

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pelas Recuperandas são:



- Controle mais eficaz das despesas, contudo, ainda necessitam restringir os gastos visando maiores resultados;
- Análise e reestruturação do quadro de funcionários;
- Aumento da margem de vendas;
- Diminuição do prazo médio de vendas;
- Otimização e implantação do trabalho com estoque mínimo;
- Revisão do negócio em âmbito financeiro, visando a correção da margem de lucro e custo com as vendas.

#### Principais dificuldades enfrentadas:

As principais dificuldades enfrentadas pelas Recuperandas no período foram:

- Redução considerável das vendas devido à falta de mercadoria para revenda;
- Problemas com obtenção de recursos financeiros para pagamento de décimo terceiro.

Salienta-se que as informações operacionais foram obtidas através de contato da Administradora Judicial com os representantes das Recuperandas durante inspeções realizada às suas instalações, por telefone e via e-mail. Nas visitas realizadas no período foi possível constatar *in loco* que as Recuperandas vêm tentando ao máximo realizar suas atividades normalmente, inclusive e principalmente nos setores produtivos das empresas.

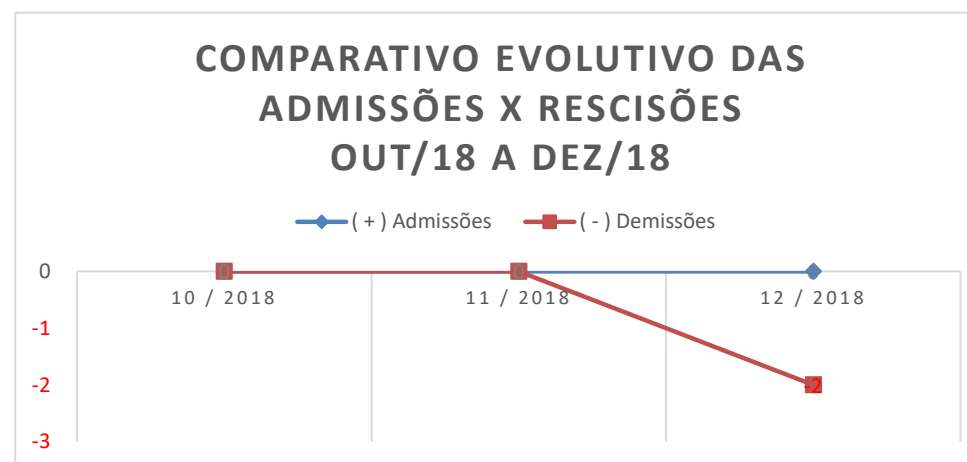


#### 4. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

FUNCIONÁRIOS	11/2018	12/2018
Quantidade Inicial	09	09
( + ) Admissões	0	0
( - ) Demissões	0	2
Total de Funcionários	09	07
<b>Variação</b>		<b>-22,22%</b>

Fonte: I PINHELI E VIAN – Dezembro de 2018.

A Recuperanda apresentou a posição do quadro de funcionários referente ao mês de dezembro de 2018, apresentando variação negativa no seu quadro funcional da ordem de 22%, conforme apresentado no gráfico seguinte:



## 5. BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial da Recuperanda em dezembro/2018. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	nov-18	dez-18	Variação	Ref.
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Disponível	996.480,80	1.146.485,44	15,05%	
Clientes	0,00	0,00	-100,00%	
Outros Créditos	222.513,88	200.152,32	-10,05%	
Estoques	231.082,56	57.961,07	-74,92%	<i>a</i>
	<b>1.450.077,24</b>	<b>1.404.598,83</b>	<b>-3,14%</b>	
<b>Não Circulante</b>				
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00%	
Imobilizado	356.446,46	350.981,45	-1,53%	
Intangível	0,00	0,00	-100,00%	
	<b>356.446,46</b>	<b>350.981,45</b>	<b>-1,53%</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.806.523,70</b>	<b>1.755.580,28</b>	<b>-2,8%</b>	



GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	nov-18	dez-18	Variação	Ref.
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Instituições Financeiras	98.559,70	98.559,70	0,00%	
Empréstimos Particulares	0,00	0,00	-100,00%	
Fornecedores	3.638.687,75	3.638.687,75	0,00%	
Obrigações Tributárias	0,00	0,00	-100,00%	
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	42.317,34	50.494,97	19,32%	
Outras Obrigações	0,00	0,00	-100,00%	
Recuperação Judicial	0,00	0,00	-100,00%	
	<b>3.779.564,79</b>	<b>3.787.742,42</b>	<b>0,22%</b>	
<b>Não Circulante</b>				
Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00	-100,00%	
Receitas Diferidas	0,00	0,00	-100,00%	
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital Social	40.000,00	40.000,00	0,00%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-2.013.041,09	-2.072.162,14	2,94%	
	<b>-1.973.041,09</b>	<b>-2.032.162,14</b>	<b>3,00%</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.806.523,70</b>	<b>1.755.580,28</b>	<b>-2,8%</b>	



## 6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), foi elaborada com base no balancete mensal fornecido pela Recuperanda, para o mês de dezembro de 2018. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	nov/18	dez/18	Variação	Ref.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	717.124,88	537.077,02	-25,1%	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-143.379,52	-116.817,10	-18,5%	<b>b</b>
CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	-76,18	-9.667,75	12590,7%	
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS	-143.303,34	-107.149,35	-25,2%	
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	573.745,36	420.259,92	-26,8%	
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-305.246,24	-394.335,80	29,2%	
(=) LUCRO BRUTO	268.499,12	25.924,12	-90,3%	
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-96.874,78	-84.831,95	-12,4%	
DE VENDAS	0,00	0,00	0,0%	
ADMINISTRATIVAS	-96.740,47	-84.035,17	-13,1%	
DESPESAS FINANCEIRAS	-807,48	-797,26	-1,3%	
DESPESAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	0,0%	
RECEITAS FINANCEIRAS	673,17	0,48	-99,9%	
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	171.624,34	-58.907,83	-134,3%	
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,0%	
RESULTADO ANTES DA CS E IR	171.624,34	-58.907,83	-134,3%	
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,0%	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	0,00	-213,22	-100,0%	<b>c</b>
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	171.624,34	-59.121,05	-134,4%	



**Notas:**

- a)** A Recuperanda apresentou redução na ordem de **75%** no grupo de **Estoques**, relativo ao saldo de *Mercadoria para Revenda* que no mês de dezembro/2018 foi de **R\$ 57,9 mil** contra **R\$ 231 mil** do mês anterior.
- b)** O grupo de **Deduções da Receita Bruta** apresentou redução na ordem de **19%** referente principalmente a redução na conta de *Impostos Incidentes sobre Vendas* que foi de **25,2%** no mês em análise, mantendo correlação com a redução apresentada na **Receita com Venda (25,2%)** se comparado com o mês anterior.
- c)** Verificamos um aumento de 100% na conta de *Provisão para IRPJ* no mês de dezembro/2018 relativo a apuração trimestral deste tributo.





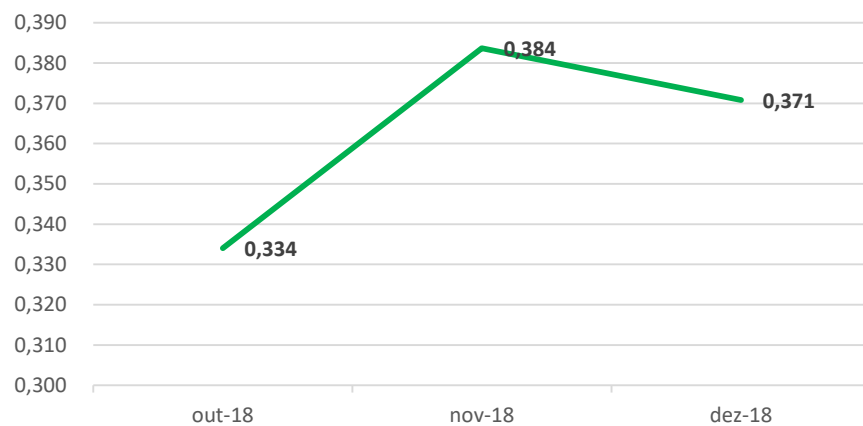
## 7. ÍNDICES FINANCEIROS

Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade da Recuperanda. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

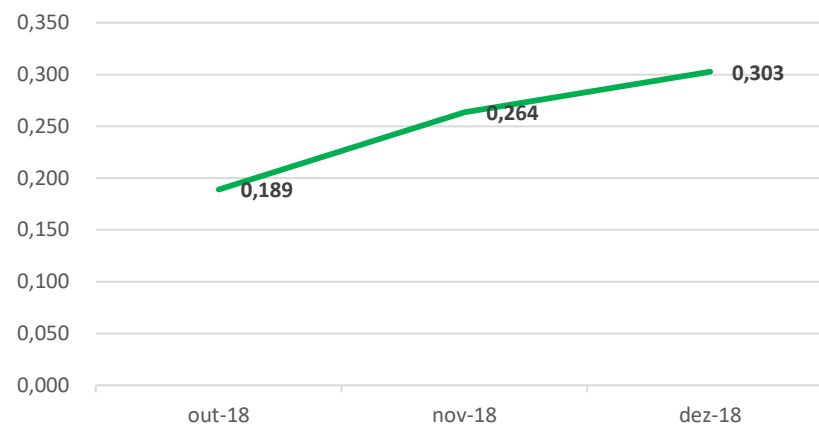
Índices de Liquidez					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	nov-18	Índice	dez-18	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	1.450.077,24	0,384	1.404.598,83	0,371
	Passivo Circulante	3.779.564,79		3.787.742,42	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	996.480,80	0,264	1.146.485,44	0,303
	Passivo Circulante	3.779.564,79		3.787.742,42	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	1.806.523,70	0,478	1.755.580,28	0,463
	Passivo Circulante + Não Circulante	3.779.564,79		3.787.742,42	



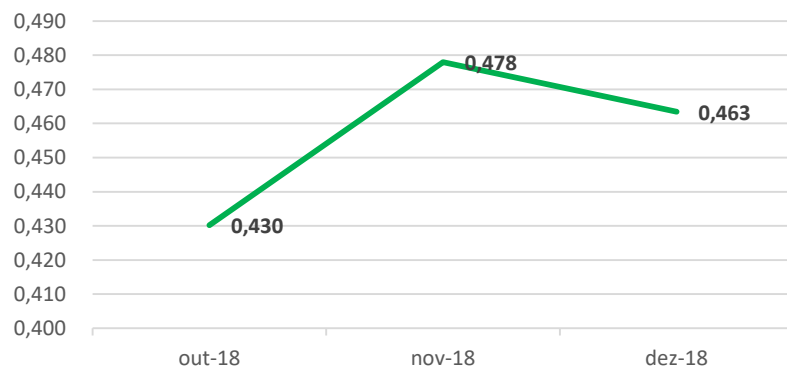
### Liquidez Corrente



### Liquidez Imediata



### Liquidez Geral



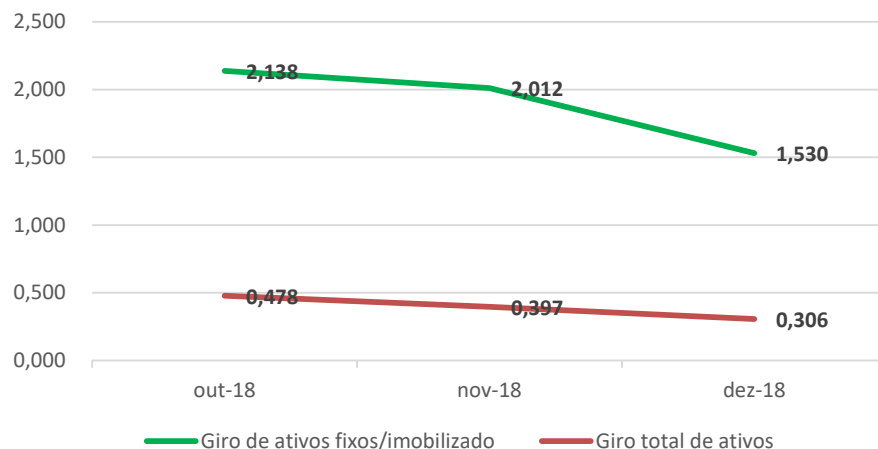
Em dezembro/2018 a Recuperanda apresentou redução nos índices de **Líquides Corrente (3,3%)**, **Liquidez Geral (3%)** e aumento no índice de **Líquides Imediata (14,8)** se comparado com o mês de novembro/2018.



### Índice de gestão de ativo

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	nov-18	Índice	dez-18	Índice
Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	717.124,88	2,012	537.077,02	1,530
	Ativo Imobilizado	356.446,46		350.981,45	
Índice de giro total de ativos	Receitas	717.124,88	0,397	537.077,02	0,306
	Ativo	1.806.523,70		1.755.580,28	

### Índice de Gestão de Ativo



A Recuperanda apresentou redução nos índices de **Giro de Ativos Fixos** e **Giro Total de Ativos** na ordem de **23,9%** e **22,9%** respectivamente quando comparado com o mês anterior.



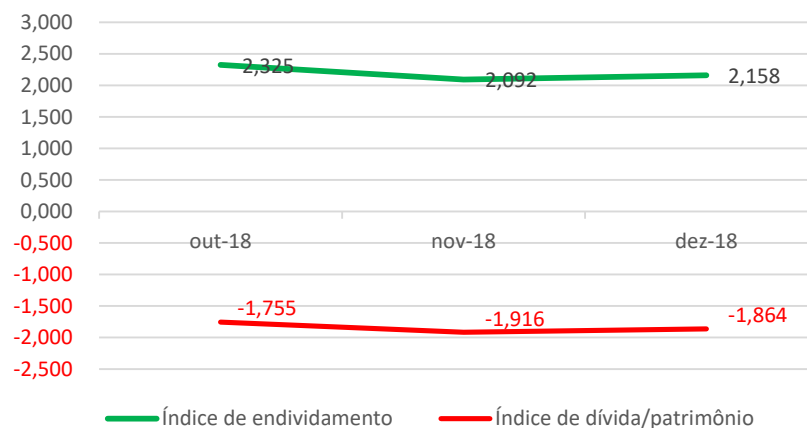
### Índice de gestão de dívida

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	nov-18	Índice	dez-18	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	3.779.564,79	2,092	3.787.742,42	2,158
	Ativo	1.806.523,70		1.755.580,28	
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	3.779.564,79	-1,916	3.787.742,42	-1,864
	Patrimônio Líquido	-1.973.041,09		-2.032.162,14	

Nos últimos meses a Recuperanda apresentou índices de Gestão da Dívida com resultados ruins, contudo peculiares a situação de empresas em RJ.

Verifica-se uma piora nos índices de Endividamento ao longo do tempo e, quando comparado os meses de novembro/2018 e dezembro/2018, verifica-se que essa tendência se mantém, pois os indicadores de **Endividamento** e **Dívida/Patrimônio** apresentam variação similar aos meses anteriores.

### Índice de Gestão de Dívida

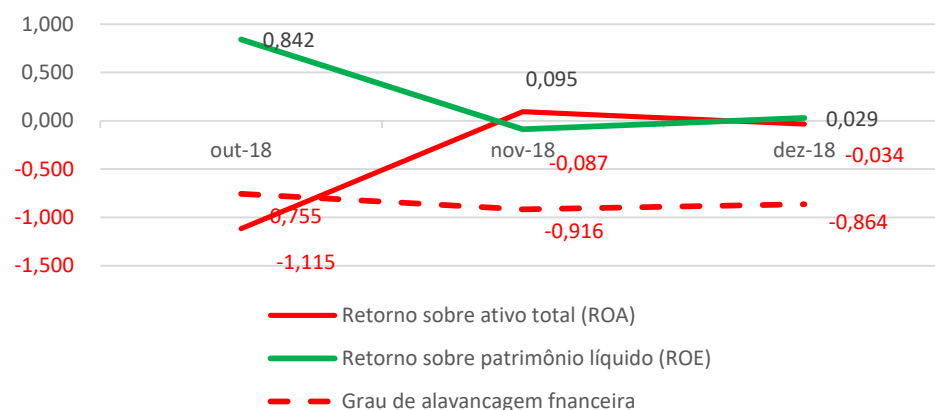


### Índice de lucratividade e rentabilidade

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	nov-18	Índice	dez-18	Índice
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	171.624,34	0,239	-59.121,05	-0,110
	Receita de Vendas	717.124,88		537.077,02	
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	171.624,34	0,239	-58.907,83	-0,110
	Receita de Vendas	717.124,88		537.077,02	
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	268.499,12	0,468	25.924,12	0,062
	Receita Operacional Líquida	573.745,36		420.259,92	
Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	171.624,34	0,095	-58.907,83	-0,034
	Ativo	1.806.523,70		1.755.580,28	
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	171.624,34	0,095	-59.121,05	-0,034
	Ativo	1.806.523,70		1.755.580,28	
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	171.624,34	-0,087	-59.121,05	0,029
	Patrimônio Líquido	-1.973.041,09		-2.032.162,14	
Grau de alavancagem financeira	ROE	-0,087	-0,916	0,029	-0,864
	ROA	0,095		-0,034	



### Índice de Lucratividade e Rentabilidade



Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade da Recuperanda, verificamos que a exemplo dos meses anteriores, em dezembro/2018 os resultados apresentados não são bons, demonstrando resultados negativos para praticamente todos os índices.

Com base neste resultado, é salutar mencionar a necessidade da Recuperanda buscar a melhora dos seus resultados com vista a obtenção do planejamento de RJ inicial e dentro dos prazos estipulados.



## 8. CRONOGRAMA PROCESSUAL

Segue o resumo dos principais movimentos ocorridos no processo de Recuperação Judicial no período:

05/12/2018 – Mov. 21 – Decisão – Decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, nomeou o AJ, fixou sua remuneração, determinou a expedição do edital que trata o art. 52, §1, da lei 11.101/05, bem como determinou a intimação do parquet, e envio de carta as fazendas públicas federais, estaduais e municipais, e expedição de ofício às instituições financeiras que a Recuperanda possui conta corrente, alienações fiduciárias e empréstimos;

06/12/2018 – Mov. 28 – Ato Ordinatório – Intimação do AJ para se manifestar se aceita o múnus, bem como se concorda com a proposta de honorários;

06/12/2018 – Mov. 29- Expedição de Termo – Expedição do Termo que trata o art. 33 da lei 11.101/05 a ser assinado pelo AJ;

06/12/2018 – Mov. 32 – Determinação de Diligências – Correção do nome da Recuperanda nos autos;

06/12/2018 – Mov. 33 – Intimação – Intimação da Recuperanda para notificar os juízos onde tramitam às ações que trata o art. 52, § 3, da lei LFRE, a respeito do stay period;

06/12/2018 – Mov. 34 – Intimação – Intimação da Recuperanda a respeito do prazo de 60 dias corridos para apresentar o plano de RJ;

06/12/2018 – Mov. 37 – Ofício – Expedição de Ofício à Sanepar;

06/12/2018 – Mov. 38 – Ofício – Expedição de Ofício à Copel;

06/12/2018 – Mov. 39 – Ofício – Expedição de Ofício à Agência de Fomento do Paraná S.A.;

06/12/2018 – Mov. 40 – Ofício – Expedição de Ofício ao Banco Bradesco;

06/12/2018 – Mov. 41 – Ofício – Expedição de Ofício ao BNDES;

06/12/2018 – Mov. 42 – Ofício – Expedição de Ofício ao Banco Santander;

06/12/2018 – Mov. 43 – Ofício – Expedição de Ofício à CEF;

06/12/2018 – Mov. 44 – Ofício – Expedição de Ofício ao Banco Sicoob Metropolitano;

06/12/2018 – Mov. 45 – Ofício – Expedição de Ofício à CEF;

07/12/2018 – Mov. 49 – Petição – Petição de ciência da Recuperanda;

07/12/2018 – Mov. 50 – Petição – Petição da Recuperanda informando os bancos que não foram expedidos ofícios;

07/12/2018 – Mov. 51 – Ofício – Expedição de Ofício ao Itaú Unibanco S.A.;





07/12/2018 – Mov. 52 – Ofício – Expedição de Ofício ao Sicred União PR/ SP;  
07/12/2018 – Mov. 53 – Edital – Expedição de edital que trata o art. 52, § 1, da LFRE;  
07/12/2018 – Mov. 54 – Ofício – Expedição de Ofício à Fazenda Estadual do Paraná;  
07/12/2018 – Mov. 55 – Ofício – Expedição de Ofício à Fazenda Nacional;  
07/12/2018 – Mov. 56 – Ofício – Expedição de Ofício à Fazenda Municipal de Cianorte-PR;  
07/12/2018 – Mov. 57 – Intimação – Intimação da Recuperanda para recolher custas referente às expedições de ofícios;  
10/12/2018 – Mov. 61 – Petição – Petição de Juntada de custas pela Recuperanda;  
11/12/2018 – Mov. 63 – Certidão – Publicação do Edital no DJE-PR;  
12/12/2018 – Mov. 67 – Petição – Petição de ciência da recuperanda a respeito da publicação do Edital no DJE-PR;  
12/12/2018 – Mov. 68 - Termo de Compromisso – Juntada do Termo de Compromisso assinado pelo AJ;  
12/12/2018 – Mov. 69 – Certidão – Juntada do valor das custas para expedição de ofícios;  
13/12/2018 – Mov. 70 – Manifestação Credor – Manifestação da CEF para regularizar às habilitações de seus patronos nos autos;  
14/12/2018 – Mov. 74 – Manifestação – Manifestação da Sanepar solicitando dados para cumprirem a tutela de urgência;  
14/12/2018 – Mov. 75 – Embargos de Declaração – Oposição de Embargos de Declaração pela Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - Sicoob Metropolitano, em razão de uma omissão na decisão de Mov. 21;  
17/12/2018 – Mov. 78 – Manifestação – Manifestação do AJ aceitando o encargo de Longa Manus;  
17/12/2018- Mov. 83 – Manifestação – Manifestação do AJ informando que notificou via postal e por e-mail, todos os credores a respeito do Edital que trata o art. 52, §1, da LFRE;  
17/12/2018 – Mov. 84 – Ato Ordinatório – Intimação das partes a fim de ciência da petição da Sanepar ao Mov. 74.;  
18/12/2018 – Mov. 88 – Certidão – Certidão informando o valor de ofício enviando anteriormente;  
19/12/2018 – Mov. 91 – Petição – Petição de juntada da Recuperanda, informando publicação do Edital de intimação dos credores no jornal tribuna de Cianorte.

**Fonte: Processo nº 0011331-18.2018.8.16.0069**



Apresenta-se a seguir, as próximas providências e eventos futuros no processo de Recuperação Judicial:

- Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda;
- Publicação do edital de intimação dos credores e interessados para que tenham ciência do plano de Recuperação Judicial;
- Abertura do prazo para apresentação à Administradora Judicial, de habilitações e divergências de crédito;

Sendo o que se cumpria reportar, apresenta-se este relatório das atividades do devedor.

Por fim, este administrador judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 31 de janeiro de 2019.

**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

ADMINISTRADORA JUDICIAL

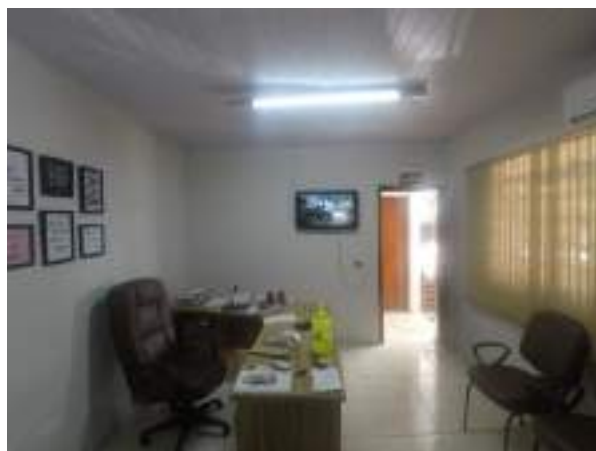
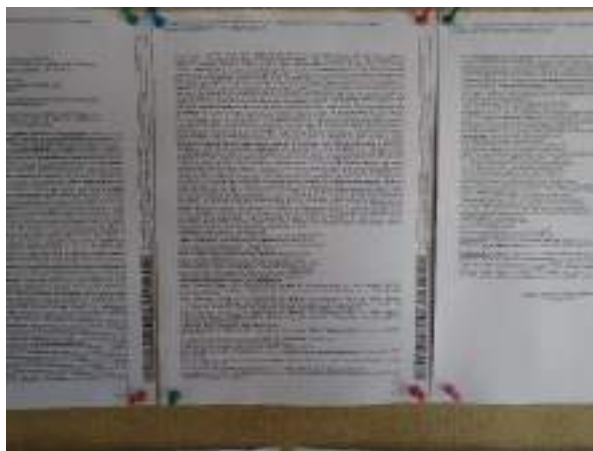
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES

OAB/PR - nº 65.066



**ANEXO I – FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA**









## ANEXO II – ÍNDICES FINANCEIROS

Índices de Liquidez

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	Como podemos notar através da fórmula, seu cálculo é feito a partir dos direitos de curto prazo da empresa, como caixa, estoques, contas a receber e as dívidas de curto prazo, como empréstimos e financiamentos. Se o resultado do índice de liquidez corrente for > 1, significa que a empresa possui meios de honrar com suas obrigações de curto prazo, demonstrando uma folga no disponível. Se o resultado for = 1, significa que os direitos e obrigações de curto prazo são iguais. Já se o resultado for < 1, a empresa poderá apresentar problemas, pois suas disponibilidades são insuficientes para honrar com suas obrigações de curto prazo.
	Passivo Circulante	
O índice de liquidez corrente é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.		
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	Como podemos notar através da fórmula, o índice de liquidez imediata exclui os estoques e contas a receber, tornando-se um índice de solvência de curtíssimo prazo da empresa. Sua interpretação é a mesma das anteriores, onde um índice acima de 1 é bom e abaixo de 1 é ruim.
	Passivo Circulante	
O índice de liquidez imediata é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.		
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	Ele indica que a cada R\$ 1 que a empresa tem de dívida, o quanto ela possui de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo.
	Passivo Circulante + Não Circulante	
O índice de liquidez geral é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.		



	INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Índice de Gestão de Ativo	Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	O índice de giro do ativo imobilizado indica quanto à empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total. Quanto maior seu valor melhor, pois indica que a empresa é eficiente em usar seus ativos permanentes para gerar receita.
		Ativo Imobilizado	
	O índice de giro de ativos imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.		
	Índice de giro total de ativos	Receitas	Quanto maior for esse índice, melhor, pois indicará que a empresa utiliza bem o total de seus ativos, trazendo maior retorno sobre o capital investido. Em outras palavras, se a empresa apresentar um índice alto, ou maior do que a média do setor significará que ela gerou um volume suficiente de negócios, dado seu investimento total em ativos. Este é um índice muito importante, uma vez que indica se as operações, e consequentemente as receitas, foram ou não financeiramente eficientes. Caso a companhia apresente um índice baixo, ela terá que aumentar suas vendas e vender alguns ativos.
		Ativo	
O índice de giro do total de ativos mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.			





INDICADORES FINANCEIROS		FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Índice de Gestão de Dívida	Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	O resultado da conta acima indicará quantos % de capital de terceiros a empresa possui. Quanto maior seu valor, maior a participação de capital de terceiros no financiamento das operações corporativas. Logo, os credores preferem índices de endividamento baixos, pois quanto menor for, maior será a proteção contra prejuízos em caso de falência da companhia.
		Ativo	
	O índice de endividamento, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.		
	Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	Quanto maior o índice, pior. Quanto mais alto ele for, maior será a participação de capital de terceiros na empresa, e, consequentemente, maior será a dívida da empresa.
Patrimônio Líquido			
O índice de dívida/patrimônio informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.			



INDICADORES FINANCEIROS		FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Índice de Lucratividade e Rentabilidade	Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	A margem líquida indica o percentual de ganho da companhia sobre suas vendas, após a dedução de todas as despesas, inclusive despesas com juros e imposto de renda. Por exemplo, a margem de lucro líquido de uma empresa pode ser de 9%. Mas para sabermos se essa margem está boa ou não, temos que comparar com outras empresas do mesmo ramo. Se esse valor for maior, temos uma empresa com vantagem competitiva perante seus concorrentes. Entretanto, se estiver abaixo, a empresa pode estar operando com ineficiência ou ter altas despesas com juros.
		Receita de Vendas	
	A margem de lucro líquido, também chamado de margem de lucro sobre as vendas ou simplesmente margem líquida mede o percentual de lucro líquido que a empresa conseguiu obter em relação ao seu faturamento. Ela é demonstrada em percentual.		
	Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	Esse índice demonstra o ganho da empresa com suas operações, desconsiderando as despesas financeiras e impostos, sendo possível identificar se o problema da margem líquida está realmente ou não nas operações da companhia.
		Receita de Vendas	
	A margem de lucro operacional identifica o desempenho das operações de uma empresa antes do impacto das despesas com juros e imposto de renda, isto é, ela mede a eficiência operacional da companhia, identificando o quanto das receitas líquidas vieram das vendas e serviços de suas atividades operacionais.		
	Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	A margem de lucro bruto indica o quanto a empresa está ganhando como resultado direto de suas atividades operacionais. Quanto maior for a margem bruta, maior será a rentabilidade das vendas.
		Receita Operacional Líquida	
	A margem de lucro bruto identifica a rentabilidade das vendas, após a dedução das despesas sobre vendas, como impostos sobre vendas, devoluções, abatimentos, custo dos produtos vendidos, entre outros.		



Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	-
	Ativo	
O índice de receita operacional mostra a capacidade de geração de receita operacional dos ativos de uma companhia antes dos impostos e alavancagem.		
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	Quanto maior for o rendimento da empresa sobre o total dos ativos, melhor, e quanto mais capitalizada a empresa for, menor será o ROA. Se uma empresa apresentar um baixo índice de retorno sobre o ativo total, sua capacidade de geração de receita operacional será insuficiente, ou ela está pagando altas despesas com juros. Para uma melhor interpretação do ROA, será necessário comparar com períodos passados, a fim de ver a evolução da empresa ao longo do tempo. Além disso, comparar o ROA com outras empresas do setor é fundamental a fim de descobrir se essa empresa apresenta uma vantagem competitiva perante seus concorrentes.
	Ativo	
O retorno sobre o ativo total (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.		
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	O ROE também é considerado um índice muito importante, pois ele mede a capacidade de uma empresa de agregar valor a ela mesma utilizando recursos próprios, fazendo com que ela cresça usando somente aquilo que ela já tem. Assim como o ROA, é importante verificar a evolução do índice ao longo do tempo, além de comparar com o índice de outras empresas.
	Patrimônio Líquido	
O retorno sobre o patrimônio líquido (em inglês, Return n Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.		
Grau de alavancagem financeira	ROE	Se o resultado for igual a 1, a alavancagem será zero, isto é, não há capital de terceiros na companhia, indicando um risco financeiro baixo. Se o resultado for maior do que 1, a alavancagem financeira será considerada boa, pois o retorno do ativo total será maior do que a remuneração paga ao capital de terceiros. Se o resultado for menor do que 1, a situação da empresa poderá ser ruim, indicando riscos financeiros e muita participação de capital de terceiros na companhia.
	ROA	
O grau de alavancagem financeira (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.		

